

Palestra 16º. Cole/ VII.o Seminário Mídia, Educação e Leitura/
Alice Mitika Koshiyama¹

Comunicação, Educação e Cidadania: o desafio da mediação²

Resumo

1. História e cidadania: conquista e legitimação de direitos

Dentre os nossos contemporâneos não há unanimidade sobre a questão dos direitos de cidadania e em muitas regiões do mundo ainda é minoritária a sua aceitação pelo povo. Podemos imaginar o que tem sido a luta pela legitimação dos direitos de cidadania por aqueles que nos antecederam no tempo?

O pesquisador Albert Hirschmann identificou mecanismos discursivos que ao longo de mais de duzentos anos de história foram usados para dificultar o avanço das conquistas de direitos de cidadania na cultura ocidental, que ele criativamente chamou de “retórica da intransigência”, sempre presente em cada processo de propor novos direitos. E apesar disso, o processo de luta pela cidadania – dos direitos civis aos direitos sociais -- registrou mudanças porque houve grupos que se organizaram para enfrentar as oposições (cf.: *A retórica da intransigência*).

Norberto Bobbio, filósofo do direito, observa ainda os três momentos necessários do mesmo movimento histórico: direitos do homem, democracia e paz (...) (cf.: *A Era dos direitos*, p.223). Bobbio finaliza em perspectiva otimista, considera a conquista dos direitos humanos como um presságio para o futuro, uma aposta em um movimento de longo curso. (p. 231)

Nossa experiência na história, mostra-nos que a cidadania é parte de um processo histórico de longa duração, ligado a eclosão da Revolução Francesa e ao reconhecimento dos direitos humanos proposto como um discurso de universalização dos direitos para todos os setores da sociedade, mas nos limites da lei. E a lei, imposta pelo poder burguês, soube discriminar privilegiando os homens e destes os detentores de propriedades e bens, nos primeiros reconhecimentos de direitos de cidadania (direitos civis e políticos).

2. O direito à comunicação para conhecer os direitos

Na história, a conquista dos direitos de cidadania é algo inacabado, é um processo desigual e não tem vigência universal. E necessita de contínua divulgação para que possa ser reivindicado e exercido mesmo em sociedades que legalmente admitem esses direitos.

Por isso, quando se luta pelo direito à comunicação para todos, propomos uma situação para dizer a todos quais são os direitos de cidadania. É o direito à comunicação o que assegura o conhecimento de todos os outros direitos pois permite informar as pessoas que elas são sujeitos de direitos humanos, civis, políticos e sociais. O tema foi desenvolvido na dissertação de mestrado por Victor Gentilli na ECA-USP. O trabalho foi recentemente publicado em livro com o título de: *Democracia de Massas: jornalismo e cidadania*). Gentilli elabora a proposta de construção de uma democracia de massas, com cidadania plena para todos.

¹ - Professora livre-docente do Curso de Graduação em Jornalismo e Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da ECA-USP – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

² - Agradecemos aos que ouviram e apresentaram suas observações e perguntas, o que permitiu-nos fazer novas reflexões e leituras.

A necessidade da informação para decidir sobre temas que influenciam a vida de todos em uma sociedade é reconhecida pelos mais conceituados pensadores. Hanna Arendt, ao fazer a análise dos Documentos do Pentágono, mostra como os governos controlam as informações como parte de uma política de estado e como diferentes grupos privados usam os sistemas de propaganda e publicidade para impor sua versão dos fatos nas sociedades capitalistas. Neste estudo, a autora avalia o uso da mentira na política, mas conclui que em sociedades como a dos Estados Unidos da década de 1960, democrática na circulação de informações, os principais dados sobre a guerra do Vietnã puderam ser divulgados pela imprensa, apesar de algumas tentativas de censura. No mesmo estudo, Arendt avalia os regimes políticos autoritários e os ditatoriais, onde temos mentiras de princípios, impossíveis de serem negadas sob pena de exclusão do sistema dos seus autores (politicamente desqualificados como loucos, traidores ou contra-revolucionários). Nas ditaduras, as pessoas para sobreviverem aceitam dizer e agir conforme o que se espera delas, cometem “mentiras de princípios”. (Cf.: H. Arendt, “A Mentira na Política: Considerações sobre os Documentos do Pentágono”)

Hoje, reconhecemos o lugar da mídia na organização de uma sociedade democrática, considerando a necessidade do público ser informado para ser um agente de transformações sociais. O experiente jornalista Luis Nassif, a partir de sua prática profissional, enumera os usos da mídia para levantar informações, expor o contraditório, formar consensos e assimilar e criar valores.

Consumimos produtos dos meios de comunicação de massas: rádio, televisão, jornais, livros, cinema, internet. Vivemos em contato individual ou grupal, nos lares, escolas, trabalho, igrejas, locais de serviços e lazer.

Em nosso convívio diário, nas múltiplas relações que estabelecemos para vivermos a vida no lar, no trabalho, nas diversões e na busca de contatos educacionais, religiosos, culturais estamos sempre buscando contatos com outras pessoas. É interessante observar que de alguma forma, as pessoas recebem mensagens da mídia, mas ao estabelecer contatos com outras pessoas essas mensagens são comentadas, debatidas, avaliadas. E notamos que ao retomar mensagens vindas da mídia, identificamos mediadores confiáveis para cada indivíduo ou grupo. Exercem funções de mediadores pessoas de nossa confiança, pela proximidade de amizade ou ascendência pessoal ou profissional. Neste caso temos os como mediadores, padres e pastores, professores, especialistas de vários ramos de atividade que respeitamos pelo conhecimento que a eles atribuímos.

No entanto, cabe observar que se houve a emissão de mensagens e a exposição a elas não há garantia de que uma comunicação se efetivou, segundo *A improbabilidade da comunicação* do alemão Niklas Luhmann, estudioso da história do pensamento social contemporâneo. Ele observa o paradoxo: temos certeza da prática comunicativa e a suspeita de inexistência da comunicação. Motivo: não costumamos perceber as dificuldades que a comunicação tem de superar para poder chegar a produzir-se. O paradoxo de Luhmann é importante para um olhar sobre a mediação que nos cabe fazer sobre a relação comunicação, educação e cidadania. O pesquisador Muniz Sodré vale-se de Luhmann para tematizar o caso das pessoas que não receberam a comunicação sobre o tsunami (não ouviram, ou não acreditaram no que ouviram). Embora, notamos ao ler jornais, a informação do tsunami tenha chegado a outras pessoas, conhecedoras dos sinais da natureza antecipatórios do fenômeno como o comportamento dos elefantes que se afastaram para locais altos e seguros, longe do mar. Diríamos que elefantes sabem identificar e fugir de um fenômeno que pode lhes causar a morte. E que alguns humanos experientes que conhecem os bichos podem ter apenas

seguido os animais e sobrevivido, sem necessidade das informações sobre previsões de meteorologistas ou geólogos. Essas histórias nos ensinam que emitir uma mensagem não significa que haverá comunicação. E também é possível comunicar algo que não se pretendeu (porque alguns são elefantes e outros são humanos).

3. Mídia, educação e produção de sentidos: a arte da mediação

Houve tempo em que se colocava em campos opostos a educação e a mídia. Pais e mães e mestres condenavam a leitura de revistas, jornais e histórias em quadrinhos como textos que distraíam estudantes dos nobres objetivos do estudo. Na década de 1930, textos do escritor Monteiro Lobato chegaram a ser condenados em colégios religiosos como obras perniciosas à boa educação. Para nossa formação foi muito bom ler os quadrinhos e as obras ditas perniciosas.

Nesses anseios controladores estava presente uma visão de mundo autoritária que pretendia usar a leitura como instrumento para doutrinar pessoas e aliciá-las para suas crenças religiosas, políticas, partidárias...

Já reconheciam a mídia e a educação como meios de produção de sentidos. No entanto, era uma perspectiva que apostava na idéia de leitores que absorveriam literalmente o que lhes fosse transmitido, acreditariam nas mensagens e as transmitiriam para seus interlocutores o que fossem ler ou ouvir. Tinham mesmo que rejeitar um livre pensador como Monteiro Lobato, um homem que acreditava na competência dos leitores e investia no desenvolvimento intelectual dos brasileiros (cf.: A. M. Koshiyama. *Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor*).

Posteriormente, vários educadores apoiados nos trabalhos de filósofos, historiadores, artistas, psicólogos, pensadores humanistas puderam desmentir essa mentalidade que tentavam parar a história no tempo e no espaço. A aceitação dos valores de um estado verdadeiramente laico e liberal, permite-nos assumir um conceito de leitura que entende cada ser humano como um potencial agente, um sujeito, um construtor da cultura.

E educadores, nesse processo desempenham um papel de mediadores na cultura, ensinando os processos de codificação e uso dos produtos culturais, mostrando as possibilidades de consumo das obras lançadas no mercado de obras de literatura e arte, propondo novas formas de pensar e construir a cultura, fazendo a crítica da cultura de massa. Compreendemos que esses educadores mediadores representam um tipo ideal, um intelectual que deve inspirar as ações dos mestres no sistema de mídia e no sistema educacional dominante.

4. Sistema educacional: carências e possibilidades

É um levantamento postado no site do 16º. COLE que nos informa sobre a taxa de analfabetismo na América Latina. São números gritantes:

34 milhões de analfabetos absolutos.

110 milhões a quantidade de analfabetos funcionais nos países da região.

144 milhões de latino-americanos sem acesso a leitura e a escrita.

Todos proibidos do exercício pleno de sua cidadania.

Os dados sobre o Brasil, de 2003 também desafiam:

75% dos brasileiros de 15 a 64 anos eram incapazes de ler e entender o real significado do que leram e escrever sobre o que acabaram de ler.

No entanto, temos um sistema educacional que em tese pode oferecer vagas para todos os interessados em aprender leitura e escrita. Na vida prática as pessoas tentam organizar suas vidas em sociedade: trabalho, festas, lazer, estudos. Vestibulares, concursos, exames dão acesso a escolas e empregos. Diplomas, currículos atestam passagens por cursos que oferecem treinamento, informação e formação, que abrem ou fecham portas para o mercado de trabalho. A diversidade e a heterogeneidade de ofertas e procuras formam um mercado de venda também do ensino para todos os públicos.

A constatação de que muitos que recebem o título de alfabetizados continuam analfabetos, analfabetos funcionais, coloca-nos o desafio de fazê-los superar essa barreira. Sem dúvida devemos refletir sobre o modo como ensinamos, o modo como ligamos ensino e vida cotidiana das pessoas.

Vivemos em uma época em que a aprendizagem é vista como possível de trabalhar simultaneamente o individual, o coletivo e a interação em rede. E nessas condições o professor é um orientador e um consultor dos alunos e alunas. No entanto, debatemos agora em outro nível a mesma questão da alfabetização, que torna analfabetos totais em analfabetos funcionais. Ao acreditar que estamos dando orientação ou consultoria, podemos estar apenas oferecendo resumos de nossas leituras de textos, que os estudantes deveriam ter realizado individualmente para iniciar um projeto de pesquisa de novos conhecimentos. O educador Kieran Egan para combater o analfabetismo funcional propôs “unir o processo de alfabetização com o potencial de imaginação dos estudantes para aumentar a compreensão da vida.” (Cf.: “Uma abordagem imaginativa para o ensino da leitura”) Para ele, um conceito de aprendizagem que incorpore a leitura nas aprendizagens de todos os níveis de ensino pode ser uma chave para o ensino que resulte em uma alfabetização plena.

Mas a pessoa plenamente capaz de ler compreende o uso da ironia na linguagem. O pensamento irônico é fundamental para formar um cidadão e um eleitor mais consciente. Desenvolver a capacidade de pensar de modo irônico “relativiza as certezas que pessoas inseguras formam”, acredita Egan.

Afirma: há uma relação entre ensinar e contar histórias, entre desenvolver a imaginação e a educação. (Ver: site do IERG e site do livro)

Aqueles alfabetizados plenamente estão preparados para estudos avançados que dependem da leitura e da pesquisa. É preciso formar o comportamento de pesquisador, para que os alunos possam aproveitar um sistema de apoio à aprendizagem ou usar o acervo de uma biblioteca atualizada, receber orientação dos mestres para trabalhar com novas gerações de estudantes.

Projetos didáticos desafiadores com pesquisa e leitura como ferramentas de trabalho são imprescindíveis. Ministrar informações e técnicas especializadas é tão importante como formar comportamentos e valores em todos os espaços dos cursos. Este ensino desenvolve a capacidade de saber usar informações e criar novos conhecimentos.

No entanto, para formar mestres é preciso uma permanente luta contra distorções escolares, presentes no sistema educacional. Eis algumas dessas distorções:

1. Cursos caça-níqueis e desvalorização do ato de estudar.
2. Ensino treinamento para passar em exames.
3. Império do copiar, recortar e colar.
4. Morte da leitura, da redação e da pesquisa.

É uma evidência que quanto maiores as distorções do sistema educacional, maiores serão as dificuldades para a formação de um público plenamente alfabetizado, os chamados leitores críticos.

Porém, é sempre preciso lembrar que sem uma ética política de construir a cidadania plena para todos, altos índices de capacitação escolar beneficiarão apenas os seus portadores na realização dos seus negócios pessoais.

5. Questões que nos envolvem

Como e quando a mídia influencia? Ela é uma variável independente no conjunto das influências que recebemos?

Temos total controle sobre as idéias que vamos aceitar ou rejeitar? Ou às vezes assumimos posições e adotamos valores cujas determinações ignoramos?

A educação, em si, produz uma sociedade mais justa? Ou ela, a educação, serve também para perpetuar injustiças?

Notamos que a mídia atua para tornar aceitável a vida quotidiana para a maioria das pessoas. Ela é imprescindível para a reprodução do sistema capitalista, manutenção e ampliação da produção e consumo de mercadorias.

É difícil escapar da manobra para transformar em fatos reais desejos nossos sobre como deveriam ser os acontecimentos. A mídia nos apresenta fragmentos da vida, partes de um sistema cuja totalidade nos escapa. Ela é uma produção de sentidos, é parcial, é parte da sociedade, em que todos os setores querem ter a mídia a seu serviço, mas poucos têm o poder de usá-la.

Os poderes são desiguais e a hegemonia é construída pelo controle dos grandes sistemas estatais e privados que envolvem grupos de mídia, de educação, de religião, de política, etc. A mídia atua em campanhas que envolvem desde a tomada de poder político até a formação de novos hábitos ou a mudança de comportamentos da vida quotidiana que implicam em movimentação de grandes somas de dinheiro. Por exemplo, novos produtos de consumo representam negócios que atingem milhões de pessoas em todo o planeta; formam-se relações em que algumas pessoas competem, ganham e perdem. Na sociedade, interesses são diversos e contraditórios, e a mídia atua conforme as pessoas organizadas, querendo atingir seus objetivos, a utilizam.

Ouvimos falar: “Só com educação e leitura se pode construir uma sociedade mais justa.”

Avaliemos: a educação e a leitura podem nos mostrar os defeitos do mundo em que vivemos. Elas podem ser instrumentos para a compreensão de como deve ser uma sociedade mais justa. Mas a construção de uma sociedade mais justa é uma decisão política, um problema de poder e de saber.

O que temos visto, até agora, é a predominância do uso da educação e da leitura para a busca de privilégios, em uma constante luta para afirmar a superioridade dos que tem mais para serem os primeiros, os escolhidos: conhecimento, dinheiro, talento para alguma atividade. Como alguns textos publicados na mídia informam para pais e mães: coloquem seus bebês nas escolas mais eficientes, em geral caras, para garantir o futuro deles quando eles forem adultos. Mas como será mesmo este mundo futuro? Será que hoje sabemos as futuras configurações da humanidade? O que sabemos é que a exaltação desses bens e serviços mais custosos faz a publicidade dessas empresas de ensino para os financeiramente abonados. Para fins publicitários pode-se usar a mídia com eficiência.

6. Mídia, feminismo e cidadania da mulher

Atualmente, podemos comprovar o uso da mídia, leitura e educação, com a mediação de comunicadores, em problemas de difícil solução e com períodos de longa

duração na história. É o caso da violência contra as mulheres, praticada pelos conhecidos, parentes e familiares próximos. Observamos relatos de alguns aspectos da luta feminista contra a violência que atinge mulheres de todas as idades e condições sociais e econômicas. Para tanto foi preciso oferecer informações novas e apresentar novas leituras de hábitos e valores estabelecidos, que oprimem mulheres, muitas vezes silenciadas na sua dor.

O tema da violência contra a mulher é um fenômeno secular e combatê-lo faz parte da agenda permanente das atuais lutas feministas, sem nenhuma perspectiva de solução para um futuro próximo. Há múltiplas frentes de ação política, religiosa, educacional: comunicação interpessoal, comunicação grupal, comunicação de massa, comunicação das organizações não governamentais e a formação de um portal que agrupa todas as atividades desenvolvidas e conecta-os aos interessados.

(Cf.: Portal Violência Contra a Mulher

<http://copodeleite.rits.org.br/apc-aa-patriciagalvao/home/index.shtml>).

A violência contra a mulher tem sido focalizada a partir de alguns critérios:

- 1- Campanha contra atos praticados nos locais privados e públicos.
- 2- Todos os seres humanos devem ser envolvidos pela campanha.
- 3- Todas as instituições da sociedade podem ser chamadas a colaborar.
- 4- Problema prioritário para ser trabalhado em mídia e educação.
- 5- Mediadores: comunicadores, pastores, padres, professores, amigos, familiares.
- 6- Uso de múltiplos meios:
 - a) educação e formação de longo prazo;
 - b) persuasão para que denunciem os crimes;
 - c) aconselhamento às vítimas e abrigo às perseguidas;
 - d) repressão ao criminoso;
 - e) divulgação dos fatos pelos meios de comunicação.

A adoção dessa estratégia está relacionada ao perfil dos criminosos, que abrange potencialmente todos os tipos de homens. Há uma diversidade de idades; diversidade de classes econômicas e sociais e diversidade de escolarização entre os homens que cometem violências contra mulheres.

Trata-se de uma questão que deve ser tratada em todos os tipos de mídias e deve-se falar a mulheres de todas as classes sociais. A SOF – Sempre Viva Organização Feminista – tem tratado de diversas formas a questão, com oficinas, palestras, mobilizações e produção e divulgação de uma cartilha para uso dos movimentos de mulheres. Sob o título: *Mulheres em luta por uma vida sem violência*, o texto é de livre reprodução encontra-se integralmente no site www.sof.org.br/mulhereseamluta/creditos.htm

Não se conseguiu acabar com o crime, mas a produção de textos como os da cartilha da SOF incentivam mulheres pobres para a organização coletiva em busca de ajuda. Hoje, mais mulheres buscam ajuda e denunciam e processam os infratores. Há campanhas e políticas de estado sobre a questão, há pressão das organizações de mulheres para a ação das autoridades e legisladores. Trata-se de um tema de luta contra idéias e valores dominantes, principalmente contra preconceitos que até autoridades do poder judiciário, juízes por exemplo, nutrem contra mulheres e desqualificam suas queixas. No caso, são pessoas que conhecem os textos da lei, que penaliza especificamente a violência contra mulheres (como a lei Maria da Penha) mas recusam-se a aplicá-la.

Lembramos: a leitura de textos que defendem mulheres vítimas de violência sexista enfrenta as mediações de ideologias/valores/interesses e preconceitos de leitoras e leitores

que definem o resultado da operação de ler. Ou seja, lêem mas desqualificam o texto, desprezam-no.

É especialmente esclarecedora a análise de Agnes Heller sobre o preconceito, um pré-conceito um pré-juízo de valor, que não se modifica diante das evidências trazidas pela informação, pelo conhecimento racional ou científico. (Cf.: *O cotidiano e a história*, pp.43-63)

Diante dos preconceitos, textos informativos ou formativos são desprezados, pois leitores preconceituosos negam-se a aceitá-los como fontes fidedignas de dados, prevalecendo a visão previamente adotada.

A mídia pode e deve debater comportamentos preconceituosos mostrando-os como parte de matérias jornalísticas, textos publicitários, livros didáticos ou para-didáticos, cartazes. No caso da violência contra a mulher, houve um anúncio em que um grupo de homens conversava na mesa de um bar e foi veiculado no intervalo de uma novela, que tinha no ator Dan Stulbach um personagem espancador da mulher. No anúncio, um dos bebedores de cerveja dizia sempre bater na mulher quando bebia; mas os outros respondiam que eles bebiam e nunca batiam em suas mulheres, portanto não se podia atribuir a conta da agressão à bebida. Se não se conseguir mudar a posição de um homem violento, um criminoso, pode-se sensibilizar vítimas mulheres e seus familiares para a necessidade de evitar a continuidade do ato criminoso: muda-se a leitura do processo aceito e visto como natural ou inevitável na vida de muitas pessoas atingidas pela violência doméstica.

7. Mídia, leitura e história

Concluimos que a mídia é parte do processo de construção de olhares sobre o mundo: da atualidade, da perspectiva do passado ou das alternativas sobre o futuro.

As propostas da mídia nem sempre são claras e perceptíveis para os seus usuários. Os efeitos podem ser calculados, mas nem sempre a comunicação se efetiva.

Existe um trabalho permanente de mídia que envolve todas as organizações envolvidas com a luta pela manutenção ou pela conquista de poder na sociedade. Buscam-se mudanças e permanências de idéias, posições, personagens, lugares...

A mídia funciona conforme as condições das forças que atuam na sociedade. Ela é parte da história que é um processo de construção, manutenção e destruição de valores. Conforme nos ensina Agnes Heller, “história não é um processo finalístico” (*O cotidiano e a história*, p.15), ou seja não é predeterminada, depende de múltiplos fatores e atos humanos.

E jornalistas experientes percebem as complexas relações entre o que fazemos na vida de cada um de nós e o que sai na mídia. Quando comentam atos de pessoas comuns e de autoridades que expressam valores cultivados em nossas vidas quotidianas, lembrando que temos mídia, educação, leitura e vida.

Nelito Fernandes, em artigo para o site *nomínimo* cujas atividades foram encerradas no início de julho de 2007, comenta a violência contra a empregada doméstica Sirley, espancada por jovens, que a viram em um ponto de ônibus de madrugada. Ela ia a um posto de saúde longe dali e os jovens alegaram que bateram nela porque acharam que ela era uma prostituta. Nelito observa como o modo de tratar as empregadas em casas de família, ensina aos mais jovens os valores dominantes de desrespeito a essas trabalhadoras. Citando:

Nós demos uma surra na Sirley quando pagamos R\$ 380 às nossas empregadas domésticas. Quando pedimos, "por favor", que elas façam uma hora extra no sábado à noite

para que possamos ir ao cinema e jantar, enquanto elas tomam conta dos nossos filhos. E gastamos num vinho o que elas ganham de salário.

(...)

A mídia espanca a Sirley quando usa eufemismos para tratar os delinquentes de classe média, mas não hesita em chamar de criminosos os meninos do morro. (...) As revistas dão socos na boca do estômago da Sirley quando perguntam onde os pais de classe média erraram quando os filhos deles cometem crimes; mas pedem a redução da maioridade quando os filhos dos miseráveis fazem o mesmo.

Eu e você saímos por aí num carro de madrugada para espancar a Sirley quando optamos por ser o "pai amigo". Aquele cara legal, que sempre entende os filhos, que nunca dá limites, que não cobra nada. Quando nosso filho chega às 5h da manhã de porre, dirigindo, e a gente não fala nada porque acha que ser jovem é assim mesmo, nós estamos batendo na Sirley. Nós entramos no carro e fugimos rindo da cena do crime quando dizemos "Eu fiz tudo por ele, eu dei tudo a ele. Por que ele fez isso?". Nós batemos na Sirley. O melhor que temos a fazer, agora, é confessar.

E o jornalista Carlos Chagas, depois de informar que o presidente da República Lula fora proibido pela sua segurança de ir às favelas, em 04 de julho de 2007, mostrou-se espantado com o critério presidencial de cumprimento de tarefas sociais:

(...) no Rio, ele declarou que se o estado não cumpre suas obrigações sociais, o narcotráfico cumpre. Trata-se da institucionalização do banditismo, da força desse poder público instalado no alto dos morros e no centro das periferias da antiga capital. E de outras grandes cidades, também.

Não passou pela cabeça presidencial que narcotraficantes atuam como chefes de quadrilhas, oprimindo e aliciando cidadãos. O estado não cumpre suas obrigações sociais ao dar-lhes a liberdade de organizar a ação delinquente, e ainda mais ao transferir aos transgressores da lei o trabalho de suprir direitos sociais das pessoas pobres.

Portanto, a questão é complexa: é preciso educar os mediadores. É preciso educar autoridades, artistas, figuras públicas para que elas não difundam valores que legitimam o crime, a desigualdade, o preconceito. É preciso ensinar comportamentos que valorizem o que deve ser importante para uma vida humana. É preciso definir proposições sobre o que devemos fazer para a nossa sobrevivência como parte da humanidade, como proceder em nossas relações com o uso do poder, da propriedade, da violência, da paz.

Enfim, as opções, as escolhas apóiam-se em valores assumidos ao longo do tempo. Valores que herdamos, construímos, propagamos ou negamos na nossa vida cotidiana, que passa cada vez mais por uma relação com a mídia. Se há os mediadores profissionais, todos nós podemos exercer o trabalho da mediação no processo de construir uma sociedade melhor.

Indicações bibliográficas:

Livros:

ARENDT, Hanna, "A Mentira na Política: Considerações sobre os Documentos do Pentágono". In: *Crises da República*. São Paulo, Perspectiva, 1973, pp. 9-48.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Trad.de Carlos Nelson Coutinho. Apresentação de

Celso Lafer. Nova ed., Rio de Janeiro, 2004.(original de 1992).

GENTILLI, Victor. *Democracia de massas:jornalismo e cidadania. Estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação*. Porto Alegre, EDPUCRS, 2005. (col. Comunicação - 32)

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder, 7a. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2004.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. *Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor*. 2ª. ed. revista e ilustrada. São Paulo, Edusp:Com-Art, 2006. (col. Memória Editorial- 4).

MARCONDES FILHO, Ciro. *Jornalismo e Comunicação. A saga dos cães perdidos*. São Paulo, Hacker Editores, 2000.

Textos da internet:

CHAGAS, Carlos. “Falência do Estado organizado.”, 04/07/2007, in: <http://blogdosblogs.blig.ig.com.br>

EGAN, Kieran. “Egan aos pais: Educar é conversar”. (entrevista a Eduardo Graça), 25.09.2004, in: <http://nominimo.ibest.com.br/notitia/servlet/newstorm.notitia.presentation.NavigationServlet?publicationCode=1&pageCode=54&textCode=13581&date=currentDate&contentType=html>

EGAN, Kieran. Imaginative Education Research Group – *IERG*, in: <http://www.ierg.net/>
Site do livro <http://www.educ.sfu.ca/kegan/EdMind.html>

FARIA, Nalu e outras autoras. *Mulheres em luta por uma vida sem violência*, in: www.sof.org.br/mulheresemluta/creditos.htm

FERNANDES, Nelito. “Eu dei um soco na Sirley. Nominimo Convidados.”, 28/06/2007. In: <http://nominimo.ig.com.br/notitia/servlet/newstorm.notitia.presentation.NavigationServlet?publicationCode=1&pageCode=15&textCode=25642&date=currentDate&contentType=html>

NASSIF, Luis. “Mídia e democracia”, 19/03/2007. <http://luisnassif.blig.ig.com.br/>

NASSIF, Luis. “O individualismo e a qualidade”, (enviado por: Paulo), 05/07/2007, in: <http://luisnassif.blig.ig.com.br/>

RODRIGUES, Cláudia. “Violência contra a mulher/ Cabe à mídia desfazer esse novelo”. In: *Observatório da Imprensa*, 12/13/2005, in: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=359FDS003#>

SODRÉ, Muniz. “TSUNAMI, UM ANO DEPOIS. O paradoxo da comunicação improvável”, em 23/1/2006, in: (<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=365JDB001>).

Livros:

ARENDT, Hanna, “A Mentira na Política: Considerações sobre os Documentos do Pentágono”. In: *Crises da República*. São Paulo, Perspectiva, 1973, pp. 9-48.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Trad.de Carlos Nelson Coutinho. Apresentação de Celso Lafer. Nova ed., Rio de Janeiro, 2004.(original de 1992).

GENTILLI, Victor. *Democracia de massas:jornalismo e cidadania. Estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação*. Porto Alegre, EDPUCRS, 2005.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder, 7a. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2004.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. *Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor*. 2^a. ed. revista e ilustrada. São Paulo, Edusp:Com-Art, 2006. (col. Memória Editorial-4)

MARCONDES FILHO, Ciro. *Jornalismo e Comunicação. A saga dos cães perdidos*. São Paulo, Hacker Editores, 2000.